



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico**

**PROCESSO SELETIVO PARA RESIDENTE JURÍDICO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO MILITAR DA UNIÃO**

EDITAL N.º 01/2023 DE 16 DE MARÇO DE 2023/PJM/NATAL/RN

CADERNO DE PROVA

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado do cartão de resposta;
2. No cartão de respostas, assinale a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo:

0	0	0	0	0
●	1	1	1	1
2	●	2	2	2
3	3	●	3	3
4	●	4	4	4
5	5	5	●	5
6	●	6	6	6
7	7	7	7	●
8	8	●	8	8
●	9	9	9	9

3. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta assinalada ou qualquer tipo de rasura;
4. A prova terá duração de 3 horas, contadas a partir da autorização de seu início;
5. O cartão de respostas deverá ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta e devolvido ao fiscal ao término da prova;
6. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo:

Compreensão e Interpretação de Textos

Texto – O problema ecológico

Se uma nave extraterrestre invadissem o espaço aéreo da Terra, com certeza seus tripulantes diriam que neste planeta não habita uma civilização inteligente, tamanho é o grau de destruição dos recursos naturais. Essas são palavras de um renomado cientista americano. Apesar dos avanços obtidos, a humanidade ainda não descobriu os valores fundamentais da existência. O que chamamos orgulhosamente de civilização nada mais é do que uma agressão às coisas naturais. A grosso modo, a tal civilização significa a devastação das florestas, a poluição dos rios, o envenenamento das terras e a deterioração da qualidade do ar. O que chamamos de progresso não passa de uma degradação deliberada e sistemática que o homem vem promovendo há muito tempo, uma autêntica guerra contra a natureza.

Afrânio Primo. Jornal Madhva (adaptado).

1. Segundo o Texto, o cientista americano está preocupado com:

- (A) a vida neste planeta.
- (B) a qualidade do espaço aéreo.
- (C) o que pensam os extraterrestres.
- (D) o seu prestígio no mundo.

2. Para o autor, a humanidade:

- (A) demonstra ser muito inteligente.
- (B) ouve as palavras do cientista.
- (C) age contra sua própria existência.
- (D) preserva os recursos naturais.

3. Da maneira como o assunto é tratado no Texto, é correto afirmar que o meio ambiente está degradado porque:

- (A) a destruição é inevitável.
- (B) a civilização o está destruindo.
- (C) a humanidade preserva sua existência.

(D) as guerras são o principal agente da destruição.

4. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- _____ partir de hoje, estamos em férias!
- No próximo ano, iremos _____ Itália!
- Vou ao mercado _____ pé.
- No Natal, iremos _____ compras!

- (A) À / a / à / as
- (B) A / à / a / às
- (C) À / à / à / as
- (D) A / a / à / às

5. Assinale a opção correta quanto à regra de Regência Verbal:

- (A) Quem obedece ao regulamento demonstra que não é disciplinado.
- (B) Chegamos na cidade antes do anoitecer.
- (C) José assistiu o filme em casa.
- (D) As crianças preferem mais os doces do que os legumes.

6. Quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa correta:

- (A) Ela não dirigiu-me a palavra na reunião.
- (B) Me espere chegar, antes de começar a apresentação.
- (C) Todos me advertiram do perigo anteriormente.
- (D) Alguns não afastaram-se da cena do crime.

7. Assinale a opção correta quanto à regra de concordância nominal:

- (A) A entrada é proibido.
- (B) São pessoas meio estranhas.
- (C) Elas mesmos fizeram o trabalho.
- (D) Segue anexo a fatura.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico

8. No trecho “Pessoas que me fazem pensar”, o pronome oblíquo foi empregado procliticamente. Considerando as regras de colocação pronominal, assinale a alternativa na qual a próclise tenha sido empregada **INCORRETAMENTE**.

- (A) Jamais me trate dessa maneira.
- (B) João ficou sem graça quando nos viu.
- (C) Gostaria de saber quem te contou a novidade.
- (D) Já que não entendi, me explique, por favor.

9. Na oração: “A dificuldade de concentração pode acontecer por causa de diferentes motivos”, a palavra em destaque é classificada como:

- (A) Artigo.
- (B) Adjetivo.
- (C) Conjunção.
- (D) Preposição.

10. No trecho “Para que ele possa produzir criativamente, é indispensável o auxílio de dados existentes em sua memória, dados estes que servirão de alimento à imaginação criadora. Esta os reconstrói, recompõe e reorganiza...”.

Assinale a alternativa correta para a função das palavras sublinhadas, respectivamente.

- (A) Estes, refere-se a dados; e esta, refere-se à reconstrução.
- (B) Estes, refere-se a auxílios existentes; e esta, refere-se à memória.
- (C) Estes, refere-se à produção; e esta, refere-se à reconstrução.
- (D) Estes, refere-se a dados; e esta, refere-se à imaginação criadora.

Direito Penal e Penal Militar

11. Quanto a aplicação do princípio da insignificância no tocante ao delito de porte de drogas dentro de uma organização militar, temos que:

- A) é perfeitamente aplicável o aludido princípio no âmbito da Justiça Militar da união.
- B) apenas os Tribunais de Justiça Militares estaduais aplicam o referido instituto.
- C) não é aplicável o princípio em comento, à luz de jurisprudência do Superior Tribunal Militar (STM) e do Superior Tribunal Federal (STF).
- D) apenas o STM entende não ser aplicável o referido princípio, no entanto o STF entende que se aplica sempre.
- E) o STM e os Tribunais de Justiça Militares estaduais entendem ser aplicável o referido instituto, enquanto o STF o rechaça plenamente.

12. Conforme dispõe nos Códigos Penal Comum e Penal Militar, assinale a opção correta. Quais delitos não possuem tipo penal semelhante no Código Penal Comum, existindo unicamente no Código Penal Militar:

- A) furto de uso e recusa de obediência.
- B) revolta e lesão corporal.
- C) deserção e homicídio culposo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico**

D) insubmissão e peculato.

E) motim e prevaricação.

13. Sobre o crime de deserção, assinale a alternativa correta:

a) consuma-se com a ausência do militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.

b) consuma-se com a ausência do militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de cinco dias.

c) é um tipo penal declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

d) é um tipo penal que só existe em tempo de guerra declarada.

e) é um tipo penal que apenas civis podem cometer, sendo que os militares cometem insubmissão.

14. Considera-se crime militar a ser processado pela Justiça Militar da União, os crimes previstos no Código Penal Militar e os previstos na legislação penal, quando praticados:

a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, independentemente do local, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

b) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza

militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.

c) por militar em situação de atividade, em quaisquer situações.

d) por militares, sendo que civis não podem cometer crime militar.

e) por civis, apenas contra militares em atividade, nunca contra o patrimônio militar, caso no qual o processo será remetido à justiça federal.

15. Quanto a teoria das baionetas cegas, assinale a opção correta:

a) Conforme a aludida teoria, os militares não têm a obrigação de cumprir as ordens emanadas pelos seus superiores hierárquicos.

b) A hierarquia e a disciplina são os valores básicos da estrutura militar e, portanto, está autorizado que o militar não cumpra uma ordem ilegal, já que a disciplina tem a ver com o cumprimento das leis, acima da hierarquia.

c) Ordem manifestamente ilegal não deve ser cumprida, nem mesmo pelos militares, sob pena de se aceitar absoluta incoerência nas ordens emanadas pelos superiores hierárquicos.

d) O militar só pode e deve desobedecer a ordem direta do superior hierárquico, que ele



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico**

com seu conhecimento entenda ser ilegal, em matéria de serviço; em se tratando de uma situação de conflito armado jamais deve desobedecer.

e) O militar só pode e deve desobedecer a ordem direta do superior hierárquico em matéria de serviço, sem incorrer no crime de insubordinação, se ela tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso.

Direito Processual Penal – Comum e Militar

16. Tal qual o Códex de Processo Penal comum, o Código de Processo Penal militar (CPPM) traz um rol de requisitos para fins de aplicação da prisão preventiva. Assinale a alternativa que aponta um requisito que apenas está elencado no CPPM:

- a) garantia da ordem pública;
- b) conveniência da instrução criminal;
- c) exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.
- d) garantia da ordem econômica;
- e) prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

17. Aponte o item abaixo que não é uma forma de suprir lacunas nos casos

omissos no Código de Processo Penal Militar:

- a) pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar;
- b) pela jurisprudência;
- c) pelos usos e costumes militares;
- d) pela doutrina.
- e) pela analogia.

18. A prisão preventiva será admitida:

- a) se houver dúvida sobre a identidade civil do suspeito ou quando este não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- b) nos crimes dolosos ou culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- c) pelo prazo máximo de dez dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- d) sempre de ofício pelo juiz.
- e) apenas quando o preso for reincidente, em qualquer crime.

19. São dispensados de provas no processo penal os seguintes fatos, exceto:

- a) Fatos inúteis
- b) Fatos evidentes
- c) Fatos impertinentes
- d) Fatos notórios acidentais
- e) Fatos incontroversos



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico**

20. Assinale a questão correta:

- a) As provas cautelares são aquelas em que há um risco de desaparecimento do objeto da prova por decurso do tempo e dependem de autorização judicial.
- b) As provas não repetíveis são aquelas que dependem exclusivamente de autorização judicial.
- c) As provas antecipadas são aquelas que não dependem de autorização judicial.
- d) As provas cautelares são as únicas provas que possuem contraditório real.
- e) As provas antecipadas são as únicas provas que possuem contraditório diferido.

21. Não sendo hipótese de habeas corpus, o recurso correto a ser interposto no curso de um processo penal contra decisão do juiz de primeira instância que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição apresentado antes do trânsito em julgado será

- A) a apelação.
- B) o agravo.
- C) o recurso no sentido estrito.
- D) a correição parcial.
- E) o recurso especial.

22. Deputado federal eleito pelo estado do Ceará que praticar crime de estelionato em São Luís – MA antes de entrar em

exercício no cargo eletivo deverá ser processado no(a):

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Justiça federal do Ceará, em razão do cargo ocupado.
- D) Justiça estadual comum do Ceará, na comarca de Fortaleza.
- E) Justiça estadual comum do Maranhão, na comarca de São Luís.

Direito Constitucional

23. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) São órgãos da Justiça Militar, o Superior Tribunal Militar, o Ministério Público Militar e os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.
- b) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal Federal.
- c) À Justiça Militar da União compete processar e julgar os crimes cometidos por militares, apenas.
- d) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico**

e) A lei estadual jamais poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, já que qualquer matéria atinente ao poder Judiciário é exclusiva da União.

24. Quanto aos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Constituição, assinale a opção correta:

a) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, sendo que nas entidades militares de internação coletiva a referida assistência depende de decreto.

b) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, autorizada, inclusive, a de caráter paramilitar.

c) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados ou não armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

d) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

e) o preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, já que isso poderia fragilizar a segurança dos agentes policiais

do Estado responsáveis por prisões e apreensões.

25. Em um eventual conflito – negativo ou positivo – de competência entre um juiz federal da justiça militar e um juiz feral da justiça comum, a quem cabe decidir o referido conflito:

A) Supremo Tribunal Federal - STF

B) Superior Tribunal Militar - STM

C) Tribunal Regional Federal (TRF) da área de atuação dos juízes

D) Câmara Arbitral de Juízes Federais

E) Superior Tribunal de Justiça - STJ

Direito Administrativo

26. O dever da Administração de justificar seus atos, apontando-lhes os pressupostos de fatos e fundamentos jurídicos do ato decorre, especificamente, do princípio:

A) Da Eficiência

B) Da Proporcionalidade

C) Da Motivação

D) Da Legalidade

E) Da Moralidade



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico**

27. Julgue os itens a seguir, referentes à improbidade administrativa, aos direitos das pessoas com deficiência e à atuação do Ministério Público junto aos povos e às comunidades tradicionais.

I De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), a condenação de agentes públicos por ato de improbidade administrativa depende da efetiva comprovação de dolo ou culpa em conduta expressamente prevista na norma.

II Conforme a jurisprudência do STJ, o indivíduo com visão monocular possui direito de se inscrever em concurso público e concorrer dentro do número de vagas reservadas a pessoas com deficiência física.

III Conforme previsto na Resolução CNMP n.º 230/2021, uma vez autorizada a intervenção de órgão do Ministério Público em processo judicial que trata de tutela de povos e comunidades tradicionais, caberá ao referido órgão ministerial a representação judicial exclusiva dos referidos grupos.

Assinale a opção correta.

- A) Nenhum item está certo.
- B) Apenas o item I está certo
- C) Apenas o item II está certo.
- D) Apenas os itens I e III estão certos
- E) Apenas os itens II e III estão certos.

28. No que se refere ao processo administrativo e às normas da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

A) O processo administrativo, assim como o processo judicial, somente pode deflagrar-se por iniciativa da parte interessada.

B) No Brasil, não existe processo administrativo contencioso (ou contencioso administrativo), no sentido de que decisões em processos administrativos não produzem coisa julgada material.

C) Em face do princípio da oficialidade, não há, propriamente, ônus probatório de interessados, já que cabe ao poder público buscar a verdade real.

D) Dada a competência concorrente dos entes federados para legislar sobre direito administrativo, a referida lei, por ser federal, se aplica apenas à União, não podendo se aplicar a processos administrativos dos entes subnacionais.

E) Sob pena de nulidade, conforme a referida lei, todas as intimações devem ser pessoais, de modo que não se admite a intimação por meio de publicação oficial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM NATAL/RN
Processo Público para Seleção de Residente Jurídico**

29. Considerando as disposições da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

I A legitimidade para o processo administrativo é restrita às pessoas físicas.

II O ato de decidir sobre recursos administrativos é delegável.

III O servidor que tenha participado como perito é impedido de atuar no processo administrativo.

IV Na contagem dos prazos relativos ao processo administrativo, exclui-se o dia da cientificação oficial e inclui-se o dia do vencimento.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

30. “Atividade estatal consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”, conceitua-se:

- A) coercibilidade.
- B) discricionariedade.
- C) autoexecutoriedade.
- D) poder de polícia.
- E) proibidade administrativa.